

# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO ANO 2006

Exmos. Senhores Associados

Nos termos da alínea c), do nº 4, do artigo 8º dos Estatutos da Associação Portuguesa dos Industriais de Pirotecnia e Explosivos, vem a Direcção submeter à apreciação da Assembleia-geral o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

## 1 - INTRODUÇÃO

A agitação gerada no sector da pirotecnia e explosivos nos anos anteriores, com a aplicação dos novos diplomas que regulam a segurança dos estabelecimentos de fabrico e armazenagem de produtos explosivos e a protecção da floresta, teve profundas implicações na nossa actividade, especialmente na laboração das oficinas pirotécnicas e na realização de espectáculos de fogo de artifício durante a época estival.

Na realidade o maior impacto deu-se ao nível do fabrico, com a suspensão da laboração de mais de metade das oficinas pirotécnicas, por força da entrada em vigor, em 2005, dos Decreto-Lei nº 139/2002, de 17 de Maio e Decreto-Lei nº 87/2005, de 23 de Maio.

As maiores dificuldades surgidas aos nossos associados prenderam-se, e prendem-se ainda, com a dificuldade gerada pela obrigação da posse de terrenos que integram a Zona de segurança dos estabelecimentos de fabrico ou de armazenagem, tal como já desde 2002 vinham a ser anunciadas e discutidas no seio da APIPE.

Efectivamente o Decreto-lei nº 87/2005, de 23 de Maio, veio aligeirar as exigências anterior legislação, resolvendo uma parte dos casos em dificuldades, contudo, não serviu para resolver os problemas de todos os nossos associados.

Cumpre-nos aqui louvar o esforço da maior parte dos nossos industriais e comerciantes que não pouparam esforços para dar cumprimento ao estipulado na já referida legislação, nomeadamente, com investimentos avultados em terrenos e em condições de segurança das suas instalações.

Esperamos que a maior parte daqueles que neste momento não têm, de imediato, condições de laboração, mas estão empenhados em dar cumprimento aos preceitos legais, estejam num curto espaço de tempo a retomar a sua normal actividade profissional.

## **2 - ACTIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO**

### **➤ RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

No campo das relações institucionais a APIPE tem apostado, com bastante êxito, na conquista de um lugar de parceria com as entidades públicas e privadas que interessam ao sector, com o firme propósito de estar presente na análise e discussão dos assuntos que a nós interessam.

A visibilidade conquistada pela APIPE nos últimos dois anos, fruto das iniciativas públicas que temos vindo a tomar, com a intervenção sistemática e adequada quer junto do Governo e das Autoridades Administrativas, quer junto da comunicação social, sempre que estão em causa interesses do sector, levou a que a nossa Associação seja, actualmente, considerada um parceiro na análise e discussão dos assuntos que dizem respeito à pirotecnia e aos explosivos.

Para este reconhecimento da APIPE como parceiro não serão, de certeza, alheias as iniciativas públicas tomadas durante o ano transacto como a realização do I Congresso Internacional de Pirotecnia de Lisboa, em Maio passado (que atingiu uma cobertura jornalística nunca imaginada para um sector de actividade com tão pouca representatividade económica), ou a recolha de assinaturas (mais de 20.000) posteriormente entregues ao Presidente da República, como protesto contra o propósito do Governo em criar legislação proibitiva do lançamento de foguetes e da queima de fogo de artifício, ou as audiências conseguidas também com todos os grupos parlamentares, excepto o do Partido Socialista, ou ainda a campanha, simultaneamente, de protesto e informativa conseguida junto dos meios de comunicação social nacionais.

O posicionamento favorável conseguido para a imagem da APIPE a nível nacional e internacional abriu portas a contactos com diversas entidades, até então “desconhecedoras” da existência desta Associação (neste capítulo da promoção de imagem fomos assessorados pelos especialistas da Deep Step).

Ao nível nacional, o Governo e outras Instituições políticas e administrativas, como a Direcção Nacional da PSP, do Comando Geral da GNR, da Direcção Geral dos Transportes Terrestre, do

Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, a ANAFRE, diversas Câmaras Municipais, olham a APIPE como uma entidade a auscultar nos assuntos relacionados com o nosso sector.

Neste capítulo da imagem e reconhecimento da APIPE como parceiro no diálogo com os organismos públicos, tem sido importante no diálogo permanente com diversas instituições, nomeadamente com o Governo, com a Direcção Nacional da PSP e com o Parlamento Europeu, através do Gabinete do Eurodeputado Dr. Joel Hasse Ferreira.

A este propósito realçamos aqui a chamada da APIPE à participação e discussão de importantes assuntos relacionados com normas ou leis a surgirem brevemente, ou no melhoramento da actuação das autoridades. Destacamos:

- Os trabalhos de tradução da documentação relativa à Classificação de Produtos por Defeito, no âmbito do ADR/RID 2007, a convite da Comissão Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas;

- O convite para o contributo da APIPE na elaboração de “ Instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos” que o DEPAEXP da PSP pretende implementar;

- O acordo de colaboração entre a APIPE e o Comando Geral da GNR para a formação de Sargentos e Oficiais daquela entidade, formação que será ministrada pelo GAT da APIPE, já a partir do próximo mês de Abril em várias acções por todo o país.

No permanente diálogo com as referidas instituições tivemos casos em que os resultados têm sido satisfatórios, noutros nem tanto, mas, continuaremos no futuro a reclamar pelos nossos direitos e a contender pelas alterações que carecemos para o nosso sector.

Quer através da Direcção, quer através dos Gabinetes Jurídico e Técnico da APIPE foi possível acompanhar e resolver processos pendentes relativos a alguns associados, bem como fazer alterar regras estabelecidas pela Polícia que a todos prejudicavam, como é o caso das Credenciais para lançadores de fogo de artifício, o que resultou da insistência da APIPE para que o processo de emissão das credenciais seja ajustado à realidade do sector. Tendo este objectivo sido conseguido apenas em parte, esperamos voltar a colocá-lo sobre a mesa para futura discussão com o Departamento de Armas e Explosivos da PSP (DEPAEXP), aquando da apresentação do novo Director.

Infelizmente, com a reformulação interna do DEPAEXP da PSP e com a saída do Director deste departamento, os processos de remodelação e de construção de novas instalações estão parados,

ou andam a passo de caracol, não permitindo nem à APIPE, nem aos nossos associados impulsionar a resolução dos assuntos pendentes naquele departamento.

Relativamente às dificuldades ocorridas, sobretudo durante o primeiro semestre do ano passado, recursos, protestos e reclamações foram efectuados para diversas entidades oficiais e autoridades locais, com vista ao esclarecimento da legislação, então em vigor, de forma a possibilitar a queima de fogos em muitas freguesias, ainda antes do início de período crítico dos fogos florestais.

Efectivamente, a pedido de associados ou por reacção a notícias veiculadas na comunicação social, a Direcção da APIPE esteve particularmente activa solicitando a intervenção dos departamentos centrais de diversos órgãos da Administração pública, nomeadamente Direcção Nacional da PSP, Comando Geral da GNR, Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, solicitando-lhes a divulgação de informação oficial e actualizada junto dos seus órgãos locais, com vista ao cumprimento da lei vigente e a apelar à não orientação daqueles órgãos através dos noticiários.

No mesmo âmbito de actuação efectuamos intervenções junto de Governos Civis, Câmaras Municipais, secções locais das autoridades policiais e Corporações de Bombeiros, com vista ao esclarecimento da lei sobre o lançamento de foguetes e outros fogos de artifício, e de forma a ultrapassar problemas de licenciamento, sempre que tal nos foi solicitado pelos associados.

No que respeita à problemática dos incêndios de Verão a legislação veio proibir os foguetes durante o período crítico dos fogos florestais mas, felizmente, o sector soube dar a volta por cima e soube, com maior ou menor esforço, individual e colectivo dos fabricantes de pirotecnia, adaptar os seus produtos às novas exigências legais de protecção da floresta, oferecendo novos produtos que garantem a manutenção das tradições pirotécnicas das nossas festas e romarias e, ao mesmo tempo, a continuação da nossa actividade.

#### ➤ **RELAÇÕES EXTERNAS**

Tal com já o vem sendo, desde à dois anos, continuará a ser aposta da APIPE, a colaboração com outras Associações congéneres, especialmente com a AP3E – Associação Portuguesa de Estudos e Engenharia e Explosivos e a ANIP – Associação Nacional dos Industriais da Pedra, com vista à defesa de interesses comuns junto do governo e da Comunidade Europeia.

Contactos e reuniões entre estas associações têm existido com vista à discussão de assuntos que a todos afectam e à troca de informações sobre a actualidade e à tomada de acções conjuntas.

Aqui destacamos desde logo a problemática do aumento das taxas sobre produtos explosivos impostas em 2005, em que a APIPE está ao lado de outras instituições a reclamar a sua anulação, por não existirem noutros países, e a colaboração no âmbito da formação profissional e da realização de seminários com a AP3E.

Relativamente a associações estrangeiras, o estreitamento de relações tem sido um objectivo da APIPE, tendo já existido acções concertadas de associações estrangeiras, uma espanhola e uma italiana, com vista à defesa dos interesses dos países do Sul da Europa, maiores fabricantes de pirotecnia, na discussão para a elaboração Directiva Comunitária para a colocação no mercado dos artigos pirotécnicos, aprovada no Parlamento Europeu no final do ano.

Quanto ao desenvolvimento de relações no exterior temos vindo a acompanhar e a participar na discussão da produção de normativas de âmbito Europeu, bem como estamos atentos à produção de legislação noutros países da U.E. e internacional, nomeadamente, estamos em contacto directo com Gabinete do Eurodeputado relator da Directiva Piro e com as entidades portuguesas intervenientes.

#### ➤ **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

A formação profissional foi, é e continuará a ser uma aposta desta Direcção da APIPE. Efectivamente, a formação profissional reclamada em todos os sectores da economia, tem sido uma lacuna no nosso sector, por isso, iniciou-se em 2005, para se concluir no ano de 2006, a realização de 4 cursos com o objectivo de reciclagem e actualização de conhecimentos dos trabalhadores das empresas associadas:

- Curso para operadores de oficina
- Curso para responsáveis técnicos
- Curso de Higiene e Segurança nas oficinas
- Curso de Operadores de espectáculos

Destes cursos, co-financiados pelo programa comunitário POEFDS beneficiaram 58 formandos oriundos de várias empresas.

<b>FORMAÇÃO PROFISSIONAL CO-FINANCIADA PELO POEFDS</b>
<b>EMPRESAS ADERENTES</b>
Pirotecnia Minhota,Lda
Agostinho Carreira Louro
Pirotecnia Batalhense, Lda
Moura Silva & Filhos, S.A.
Pirotecnia Fonseca
Simão & Filhos, Lda
H.C. & Filhos
Pirotecnia das Beiras
Joaquim Macedo & Filhos, Lda

Os custos com os constam do quadro seguinte:

#### **BALANÇO FINANCEIRO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

<b>RUBRICAS</b>	<b>CURSOS</b>			
	1	2	3	4
<b>DESPESAS</b>				
FORMANDOS	499,80	428,73	481,95	368,90
FORMADORES	2490,00	1575,24	1923,72	2064,53
PESSOAL NÃO DOCENTE	1420,88	962,86	816,26	684,14
PREPARAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	390,14	244,25	424,26	854,22
RENDAS, ALUGUERES E AMORTIZAÇÕES	821,56	419,90	562,04	501,55
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>5622,38</b>	<b>3630,98</b>	<b>4208,23</b>	<b>4473,34</b>
<b>TOTAL DESPESAS</b>				<b>17.934,39</b>
<b>FUNDOS COMUNITARIOS E DO ESTADO</b>				<b>14.766,60</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>				<b>3.167,79</b>
Valores em euros				

## ➤ ASSOCIADOS

Na difícil conjuntura actual para a pirotecnia portuguesa, que se iniciou no Verão de 2003 e se mantém até agora, continuamos a apoiar todos os Associados, que recorreram aos serviços da APIPE – jurídicos ou técnicos -, na resolução dos seus problemas particulares, quer no esclarecimento sobre as regras de licenciamento das queimas de fogo de artifício, quer na preparação dos respectivos dossiers para a renovação dos alvarás e cartas de estanqueiro, nomeadamente, com visitas, sempre que solicitadas, às suas instalações, para avaliar as alterações pretendidas ou para sugerir alterações com vista ao cumprimento dos regulamentos, bem como no acompanhamento dos seus processos junto do DEPAEXP.

Perante as dificuldades particulares de cada associado a Direcção e Assessoria Jurídica e Técnica da APIPE, sempre que solicitada, tem procurado aconselhar e acompanhar os problemas dos associados através da Direcção e dos Gabinetes de assessoria.

### **Gabinete Jurídico**

Durante o ano de 2006, e à semelhança do que já sucedera anteriormente, os associados tiveram à sua disposição a assessoria jurídica da APIPE, que lhes forneceu - directamente ou aos seus advogados - pareceres, conselhos e opiniões sobre os diversos aspectos legais que envolvem o sector.

Por outro lado, e em coordenação com os órgãos sociais da APIPE, a assessoria jurídica prosseguiu o trabalho de contactos e reuniões com as entidades públicas que, directa ou indirectamente, se relacionam com este sector de actividade económica, tendo ainda participado na elaboração de propostas, pareceres e documentos destinados a essas mesmas entidades.

### **Gabinete de Assessoria Técnica**

O recém-criado GAT tem tido um papel importante na assessoria da Direcção, nomeadamente no acompanhamento das propostas de normativos e legislação e no apoio aos associados no acompanhamento dos processos de remodelação em curso das oficinas e estabelecimentos de armazenagem e na avaliação, análise e apresentação de novos processos de licenciamento de estabelecimentos de pirotecnia e explosivos.

Das acções de apoio técnico destacam-se:

- Acompanhamento da evolução do projecto de Directiva Comunitária referente à colocação no mercado comunitário de artigos de pirotecnia, com emissão de pareceres e comentários sobre as emendas propostas.
- Estudo e emissão de comentários sobre o projecto de Instrução Técnica elaborado pelo DEPAEX da PSP, sobre a utilização de fogos de artifício
- Estudo e emissão de comentários sobre a tradução do texto do ADR/2007, no que se refere à classificação por defeito dos artigos de pirotecnia
- Acções de apoio técnico, envolvendo, estudos, com elaboração de projectos de implantação e de planificação da produção de estabelecimentos de fabrico e armazenagem, num total 11 projectos referentes a 7 empresas associadas da APIPE.
- Acompanhamento junto do DEPAEX, da evolução de diversos assuntos referentes a associados da APIPE.

No âmbito do GAT continua em vigor o acordo com a empresa “XZ Consultores” para a elaboração dos documentos e manuais necessários a dar cumprimento à documentação exigida pelo DL 139/2002, a saber:

- Manual de segurança
- Plano de Segurança
- Plano de emergência interno
- Estudo de segurança

#### ➤ **COMISSÃO DOS EXPLOSIVOS**

A Comissão dos Explosivos ficou esvaziada de matéria de análise, tendo entrado num impasse, não reunindo há cerca de um ano e, nem o seu Presidente tem dado resposta às comunicações da APIPE, que pretendemos saber do futuro da Comissão.

O mais provável é que tenha desaparecido definitivamente por falta de conteúdo.

#### ➤ **LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA E INTERNACIONAL**

As actuais preocupações internacionais com a segurança dos explosivos face às permanentes ameaças de terrorismo tem colocado em cima da mesa muitas ideias e projectos de normas que virão restringir e controlar quer produção, quer a circulação e aplicação de explosivos.



Assim, além da já conhecida Directiva Comunitária sobre a colocação no mercado de produtos pirotécnicos, recentemente aprovada no Parlamento Europeu e da Directiva sobre os Explosivos é de esperar legislação cada vez mais restritiva, com vista ao controlo dos explosivos e matérias perigosas.

A Directiva sobre produtos pirotécnicos vai ser transposta para a legislação dos países membros da EU dentro de poucos tempo (anos).

O ADR 2007 está aí a bater à porta e com regras de classificação de produtos apertadas, que vão ter reflexos importantíssimos, não só nos transportes, mas, também no armazenamento e até nos estabelecimentos de fabrico.

#### ➤ **CONGRESSO INTERNACIONAL DE PIROTECNIA**

Tal como aprovado no Plano de Actividades para 2006, realizou-se em Lisboa, nos dias 5 e 6 de Maio, com um sucesso extraordinário, o I Congresso Internacional de Pirotecnica.

Foi um fórum importante de discussão e também um veículo de transmissão de uma imagem positiva do nosso sector, que contou com a presença de do Secretário de Estado da Administração Interna e outras Administrativas e, ainda, entidades nacionais e estrangeiras ligadas ao nosso sector.

Os bons resultados do congresso projectaram positivamente a pirotecnia portuguesa para fora do sector, graças à invulgar projecção mediática obtida da pirotecnia portuguesa antes e durante o congresso.

Não tendo sido excepcional a participação dos pirotécnicos portugueses, foi, por isso, um relativo sucesso para o interior do sector, mas tal como atestam os gráficos seguintes foi um enorme sucesso a nível geral, nacional e internacional, neste caso, sobretudo em Espanha.

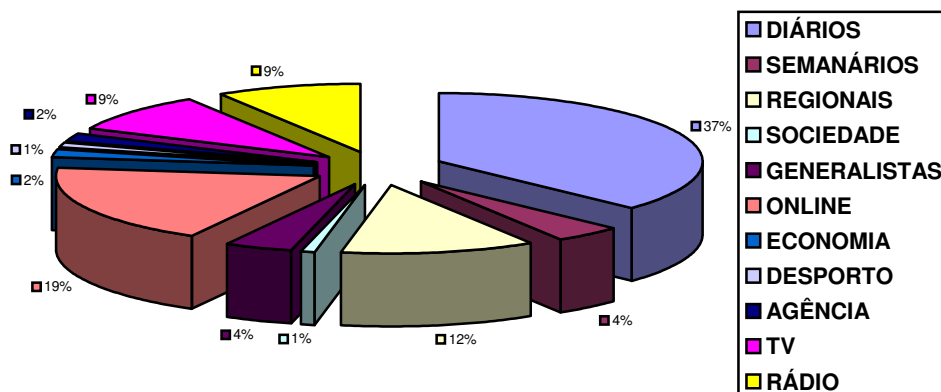
Constituiu um importante factor de correcção pública da imagem da imagem da pirotecnia portuguesa, granjeando para a nossa causa tantas entidades e gente anónima que de posse da verdade se situaram do nosso lado na questão dos incêndios florestais e em oposição às medidas

que o governo tem vindo a tomar em prejuízo da pirotecnia. Assim, aumentamos a credibilidade do nosso sector.

**ANALISE QUALITATIVA**

As notícias publicadas sobre o Congresso são maioritariamente de teor positivo. Foram identificadas **62 notícias com carácter positivo** para a APIPE e para os profissionais do sector, o que resulta em 78% da totalidade de referências identificadas que aludem ao Congresso, ao Espectáculo Pirotécnico, ao abaixo-assinado e ao panorama de crise na Pirotecnia nacional.

<b>Análise Quantitativa: 79 notícias</b>	
Televisão	7
Rádio	7
Agência	2
Imprensa diária	27
Imprensa semanal	3
Imprensa regional	11
Imprensa de Sociedade	1
Imprensa Generalista	3
Imprensa Online	15
Imprensa de Económica	2
Imprensa de desporto	1



### **Principais Conclusões do Congresso**

- 1- Reforçar o processo de diálogo entre as organizações pirotécnicas dos vários países europeus, nomeadamente Portugal, Espanha e Itália, com vista a adoptar procedimentos comuns e a promover tomadas de posição concertadas junto dos respectivos governos e das instâncias comunitárias;
- 2- Intensificar o processo de sensibilização e esclarecimento da opinião pública sobre a importância do sector para a cultura e a economia de cada região, designadamente enquanto veículo de promoção e desenvolvimento do Turismo;
- 3- Desenvolver as iniciativas necessárias junto do Parlamento e da Comissão Europeia para que a Directiva Comunitária actualmente em preparação sobre a colocação no mercado de artigos pirotécnicos preserve as especificidades culturais dos diversos estados membro, nomeadamente do Sul da Europa;
- 4- Instar os governos nacionais, e o português em particular, a transpor com celeridade para o Direito Nacional as regras que venham a ser consagradas naquela directiva;
- 5- Intensificar as diversas formas de cooperação entre a indústria pirotécnica e as universidades e outros centros de investigação, com vista à melhoria da qualidade e segurança do sector;
- 6- Reivindicar do Governo Português a necessidade de legislar sobre a actividade pirotécnica e dotar o País de laboratórios capazes de analisar, classificar e certificar artigos pirotécnicos, à semelhança do que já sucede na maioria dos países europeus;
- 7- Repudiar o caminho mais fácil seguido pelo Governo, proibindo em vez de regulamentar e recusar o papel de “bode expiatório” dos fogos florestais que o Governo tenta imputar ao sector pirotécnico e exigir que as limitações ao lançamento de foguetes na época de Verão sejam clarificadas e restringidas às zonas realmente sensíveis.
- 8- Solicitar audiências aos órgãos de soberania para transmitir as conclusões deste congresso e fazer a entrega do abaixo-assinado entretanto subscrito por mais de 20 mil pessoas, directa ou indirectamente relacionadas com o sector, contra a proibição total do lançamento de foguetes na época de Verão.

<b>I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PIROTECNIA</b>
<b>ESPECTÁCULO PIROTÉCNICO - Participantes</b>
A. M. Pirotecnica - Chaves
Algar Pirotecnica
Antonio R. Martins, Lda. - Bombarral
Duartes Pirotecnica, Lda. - Penajoia Lamego
Gonçalves Silva & Sergio, Lda.
H. C. & Filhos, Lda. - Caranguejeira
Ivo Fernandes, Lda. - Lanhelas
Joaquim Macedo & Filhos, Lda.
José Joaquim da Silva Macedo - Freixo de Cima - Amarante
Moura & Silva - Povoia de Lanhoso
Piromagia - Pirotecnica de Azões - Vila Verde
Pirotecnica Batalhense _ Batalha
Pirotecnica C. Duarte - Lamego
Pirotecnica das Beiras - Porto da Carne
Pirotecnica do Ave -, Lda. Guidões - Trofa
Pirotecnica Minhota - Ponte de Lima
Pirotecnica J. Vieira, Lda. - Santa Rita Fafe
Propyro - Produtos Pirotecnicos- Ourentã

### **3 - CONTAS E RESULTADOS**

As contas do exercício de 2006 apresentam um saldo negativo de 19.497,73€, sendo o total de proveitos contabilizados de 88.690,68€, dos quais 28.941,10€ são serviços prestados aos associados e receitas do congresso (15.436,00€), sendo ainda que 4.600,41€ são subsídios recebidos da formação profissional.

Os custos totais de 108.188,41€, dos quais 52.224,79€ são custos com o congresso e 4.600,00€ custos relacionados com a formação profissional. Os custos com o Simpósio Internacional de Berlim totalizam 2.562,34€.

Os restantes custos correspondem a despesas correntes com material de escritório, selos do correio, deslocações em serviço e refeições de sócios em Assembleias-gerais, alugueres de salas para reuniões, despesas com advogado, contabilidade e ainda pequenas outras despesas.

As receitas de quotizações e jónias somam 53.550,00€ e as outras receitas, para além dos subsídios à formação, são no valor de 1.249,17€, de juros recebidos da conta bancária e de outras pequenas receitas suplementares.

À data de 31 de Dezembro de 2006 as quotas de associados em débito totalizavam 43.123,44€ e os débitos de serviços prestados aos associados eram de 4.386,37€.

Os valores em caixa são de 4.682,96€, sendo 1.531,96€ em dinheiro e 3.150,00€ de cheques em carteira recebidos no final do ano e depositados em 2007. Os valores em bancos são de 2.639,86€ em conta à ordem.

Aos fornecedores deve-se a quantia de 1.702,48€ em conta corrente e 7.119,97€ em cheques emitidos não enviados. A outros credores deve-se a quantia de 4.706,69€, existindo um crédito sobre o estado de 1.585,19€.

#### Imobilizado

O bem imobilizado da Associação respeita a um computador portátil, desactivado por obsoleto, cujo valor de aquisição foi de 2.509,45€ e se encontra todo amortizado.

#### Proposta de aplicação dos resultados

Propõe-se que os resultados líquidos negativos, no valor de 19.497,73€, transitem para os próximos exercícios.

#### **4 - FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

Já no ano 2007 a Direcção continuou a centrar as suas preocupações na defesa do sector da pirotecnia e explosivos e dos direitos dos sócios da APIPE. Assim, destacamos as principais iniciativas:

- Colaboração com a Direcção Nacional da Polícia para a realização de um Seminário Europeu a 17 e 18 de Julho, no âmbito da Presidência Europeia, que cabe a Portugal a partir de Junho.

- Reuniões com o Senhor Comissário Moreira, substituto do Director do Departamento de Armas e Explosivos para o esclarecimento do andamento dos processos quanto à remodelação em curso das instalações pirotécnicas;

- Continuação do apoio técnico aos associados através do GAT e do Gabinete Jurídico.

- Esforço na cativação de novos associados para a APIPE, como forma de fortalecer as posições do sector junto dos governantes.

- Foi estabelecido um acordo com a ANTRAM para a realização de 5 acções de formação para condutores de veículos ADR;

- Aos associados foi solicitado o pagamento das quotas em atraso e de outros débitos.

- Pagaram as quotas atrasadas e débitos de 2006 os seguintes associados:

- Manuel Martins & Filhos, Lda.

- Pirotecnia Barquense, Lda.

- Pirotecnia Oleirense, Lda.

- João Bento Matos

- Egas António Sequeira

- Manuel Pedro Resende Júnior & Filho, Lda.

- Henrique Costa & Filhos, Lda.

#### **4 - PERSPECTIVAS FUTURAS**

O ano de 2007 afigura-se-nos um ano ainda de grande esforço financeiro, por isso, muito difícil, quer pelas exigências dos necessários investimentos que permitam cumprir a legislação vigente, quer pelas restrições impostas a pretexto dos fogos florestais, quer, ainda, pelas determinações internacionais cada vez mais restritivas à circulação dos produtos explosivos devido às preocupações de segurança e de controlo internacionais.

Com mais detalhe estas previsões estão mais detalhadas atrás, no capítulo da legislação europeia e internacional.

## **5 - Nota final**

Neste contexto de dificuldades acrescidas, reclamamos de todos os associados a união em torno da APIPE e um esforço adicional na dignificação da nossa actividade e no cumprimento de todas as normas de segurança, única forma de elevar a imagem da nossa indústria, de mostrarmos o profissionalismo que dignificará os nossos técnicos e de conseguir um peso político capaz de fazer ouvir a voz da nossa Associação em todas as instâncias governativas e administrativas e na população em geral.

Lixa, 8 de Março de 2006

A Direcção